

O governo Bolsonaro e os pentecostais: notas de reflexão sobre o negacionismo científico no Brasil

Luis G. Teixeira da Silva
Universidade Federal do Pampa

1 Introdução

O crescimento das igrejas pentecostais na sociedade e na política brasileira é um fenômeno que tem mobilizado ampla atenção de investigadoras/es de diferentes áreas do conhecimento científico. A partir disso, o propósito deste ensaio é discutir a influência das concepções, dos princípios litúrgicos e das ações das igrejas pentecostais, por meio de suas lideranças e representantes políticos no Congresso Nacional, na difusão do negacionismo científico no Brasil.

No cenário de ações para conter o avanço da Pandemia do Covid-19 foi possível observar, em maior ou menor medida, a significativa participação de lideranças eclesiais e de representantes políticos vinculados às igrejas pentecostais no sentido de deslegitimar as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS). Dessa forma, as ações se concentraram na pressão ao governo federal e governos subnacionais para preservar a realização de cultos no formato presencial, com isso provocando aglomerações e ampliação da possibilidade de contaminação, além de terem atuado na difusão de informações falsas e na descrença acerca das recomendações de segmentos científicos e da medicina, sobretudo a respeito da vacinação e no uso de medicamentos comprovadamente sem eficácia para realização de “tratamento precoce”.

Neste ensaio pretendemos discutir uma proposta de pesquisa, a qual consiste em examinar a relação entre as lideranças pentecostais, religiosas e políticas, e a difusão do negacionismo científico. No texto, de modo exploratório, avaliamos ações negacionistas sob dois ângulos: o primeiro ângulo de análise se concentrará na compreensão de como lideranças e representantes políticos atuaram para deslegitimar as recomendações sanitárias durante a Pandemia do Covid-19; o segundo ângulo na avaliação de que a construção litúrgica e a concepção da fé de parte desse segmento se estruturou com base na negação das recomendações de alguns segmentos do conhecimento científico, tais como: Psicologia e Assistência Social, especialmente com relação ao atendimento de pessoas em condição de drogadição; e Medicina, com base no oferecimento, em cultos e veículos de comunicação, de práticas de cura para qualquer doença.

A premissa de sustentação deste ensaio consiste na aceção de que o negacionismo científico identificado no Brasil durante a Covid-19 possui raízes mais profundas na sociedade, o que em decorrência da pandemia tornou explícita uma adesão a ideias que deslegitimam ou negam as recomendações da Ciência. Consideramos que a liturgia e a concepção da fé cristã defendidas por lideranças pentecostais como uma variável relevante para explicar, entre outros muitos fatores, igualmente relevantes, a ampliação do negacionismo na sociedade brasileira. Para discutir esse argumento organizamos o ensaio da seguinte forma: inicialmente mapeamos as premissas ideológicas

e a composição do governo Bolsonaro; posteriormente apresentamos as bases conceituais do negacionismo neste governo e; por fim, o negacionismo científico engendrado pela liturgia dos pentecostais e seus efeitos na sociedade.

2 O negacionismo científico na agenda de governo e na sociedade

O governo de Jair Bolsonaro (2019–2022) e as políticas implementadas em sua gestão têm mobilizado ampla atenção de analistas do país e do exterior, não sem motivo, tendo em vista seu potencial nocivo à democracia representativa, a partir de sua retórica e ação efetiva para erodir as bases do Estado Democrático de Direito.

A gênese da ascensão do governo Bolsonaro seria resultado de uma conjunção de fatores combinados pela insatisfação popular com o sistema político, a difusão do antipetismo e casos de corrupção na administração pública. Boa parte dessas demandas foram absorvidas por amplos grupos, segmentos e indivíduos participantes das Jornadas de Junho de 2013, manifestações que reuniram milhares de pessoas, com ocorrência em quase todas as cidades do país. Conforme sustentam Christian Lynch e Paulo Cassimiro (2022a, p. 36): “as jornadas cristalizaram uma percepção difusa de ilegitimidade do sistema político que datava de pelo menos uma década”.

Este cenário possibilitou ao sistema judiciário a projeção enquanto agente habilitado a “regenerar” as estruturas político-partidárias corrompidas. Neste sentido, a operação Lava Jato, com apoio institucional, inclusive do Supremo Tribunal Federal, passou a representar a resposta para as insatisfações populares, com ações para “moralizar” o sistema político. As ações da Operação Lava Jato tiveram participação decisiva no processo de golpe parlamentar à Presidenta Dilma Rousseff, por exemplo, com a divulgação de grampos obtidos de forma ilegal, assim como a incriminação pública sem provas do então ex-presidente Lula. A Operação fomentou significativamente a crença de que a governabilidade política foi conquistada por meio da corrupção generalizada, e também contribuiu para estimular a aversão política da opinião pública a segmentos da esquerda do sistema partidário, sobretudo o Partido dos Trabalhadores. Os atores nesse processo, especialmente o ex-juiz Sérgio Moro e o ex-Procurador Deltan Dallagnol, se alçaram à condição de “vanguarda destinada a refundar o país com base em princípios republicanos e democráticos” (Lynch; Cassimiro, 2022a, p. 55).

Jair Bolsonaro assumiu o governo amparado por forças sociais remanescentes das Jornadas de Junho, como o Movimento Brasil Livre, e por representantes do sistema judiciário, tanto que o ex-juiz Sérgio Moro assumiu o Ministério da Justiça no dia da posse presidencial. O quadro de depressão econômica e desmoralização do sistema político promovidas pela Operação Lava Jato corroeu a credibilidade da Nova República e do sistema democrático. Logo, o cenário de fragilidade institucional possibilitou a implementação da agenda antidemocrática de Bolsonaro, ou seja, o desrespeito deliberado pelas liturgias e práticas institucionais e a criação de tensão com os Poderes, prolongando este desgaste e minando ainda mais a credibilidade dos atores políticos para se apresentar como único e verdadeiro representante do povo.

A ideologia de sustentação do governo se baseou no caráter extra-humano da ordem social, remetendo seus fundamentos a deus, à natureza, à biologia, à nação e ao mercado, estabelecendo

antagonismo frente a menor intenção de minar essas bases. A coalizão do governo se mostrou empenhada em uma ruptura com a ordem para restaurar o mítico passado do “bom” governo militar.

Christian Lynch e Paulo Henrique Cassimiro (2022a) argumentam que o bolsonarismo atraiu tudo aquilo que de pior o Brasil herdou, em termos ideológicos, da colonização. Bolsonaro e seus seguidores, inspirados pelas ideias de Olavo de Carvalho, reestabeleceram no país o culto à violência, ao autoritarismo, à exploração predatória da natureza, ao antiintelectualismo, ao personalismo e ao patriarcalismo. A esses aspectos foram acrescentados elementos conspiratórios, notadamente, a ideia de dominação conquistada pelo “marxismo cultural”, cujas técnicas de manipulação mental teriam possibilitado a hegemonia de suas concepções, relacionadas às liberdades individuais, na imprensa convencional, nas escolas, nas universidades e no campo científico. Tais premissas teriam destruído os fundamentos naturais da sociabilidade cristã, baseadas na Igreja e na família.

A partir disso, o governo Bolsonaro desprezou princípios fundamentais do Estado Democrático de Direito, como: legalidade, transparência, isonomia, publicidade e moralidade dos atos administrativos na condução do Estado. A ideia de ruptura se tornou a principal força impulsionadora das ações, atacando as instituições encarregadas de limitar, de acordo com a Constituição, o Executivo e responsabilizá-lo por seus atos.

Três grupos foram fundamentais na composição do bolsonarismo. O primeiro deles é o “gabinete do ódio”, formado pelos filhos do presidente e por discípulos do guru Olavo de Carvalho, responsável por disseminar *fake news* sobre as ações do governo e contra seus adversários. O propósito deste grupo era preservar engajada a base popular, fomentando o imaginário de que Bolsonaro era um político disruptivo, corajoso e perseguido, capaz de “romper com o sistema”. O segundo núcleo, intitulado “gabinete militar”, composto por oficiais de alta patente das Forças Armadas, generais aposentados e da ativa, encarregados de realizar a articulação política do governo. Esse gabinete tinha a função de garantir a confiabilidade da gestão, sobretudo por reativar o imaginário popular do “bom governo” militar no país, agora comprometido em restaurar a ordem. É necessário ressaltar o processo de disputa e tensão entre os gabinetes, com perseguição do “gabinete do ódio” a representantes das Forças Armadas, inclusive ao então vice-presidente Hamilton Mourão, sempre que as posições do núcleo militar divergiam das ações de Bolsonaro. O terceiro grupo seria formado por atores religiosos, remanescentes de igrejas evangélicas, pentecostais e da Igreja Católica, os quais assumiram pastas fundamentais nos Ministérios, como Justiça e Segurança Pública, Educação, Cidadania e Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. A ampla maioria de parlamentares no Congresso Nacional, eleitos sob a tutela de igrejas, congregações ou segmentos religiosos, compôs a base de apoio parlamentar às ações do governo. No cenário externo às instituições, esses grupos formaram relevante parcela da base de sustentação popular, com ampla participação de suas lideranças, conferindo espaços para difusão das ideias do governo em cultos e missas, mas também nos veículos de comunicação sob sua concessão (Oro; Alves, 2020; Guerreiro; Almeida, 2021).

O negacionismo é um dos pilares conceituais para compreender a atuação do governo e desses grupos que compuseram sua base política e social. A própria ascensão de Jair Bolsonaro na opinião pública, enquanto deputado federal, se baseou na defesa da negação dos crimes cometidos pela Ditadura Militar (1964-1985), como a perseguição e mortes promovidas pelo regime contra seus

opositores. Sua projeção nacional ocorreu em virtude da ridicularização pública e de atos para minar a credibilidade das políticas públicas, como a Comissão Nacional da Verdade, cujo propósito era a reparação dos crimes cometidos neste período pelos militares. No entender de Bolsonaro, esta seria uma tentativa de setores da esquerda de perseguir os “heróis” de 64, os quais salvaram o Brasil do comunismo (Lynch; Cassimiro, 2022a).

A composição do governo Jair Bolsonaro pelos três grupos mencionados (olavistas, militares e religiosos) agregou negacionistas provenientes desses e de outros setores da sociedade. Por esse motivo, a estratégia de ação do governo foi caracterizada por Lynch e Cassimiro (2022b) pelo negacionismo estrutural, tendo em vista a articulação, em espaços públicos e virtuais, de discursos de negação de fenômenos naturais e sociais, entre eles: aquecimento global, racismo, conhecimento científico, Holocausto e o fato da terra ser redonda, entre outros.

O negacionismo estrutural tem por objetivo criar uma realidade paralela regida por um sistema diferente de causalidades e de responsabilidades daquele do mundo real, respaldado por autoridades científicas e evidências sociais. Sua premissa básica é negar postulados básicos da racionalidade moderna na compreensão da organização do mundo (Lynch; Cassimiro, 2022a; Szwako; Ratton, 2022).

A modernidade é caracterizada pela promoção de valores e uma visão de mundo sustentada pela razão, em que as esferas sociais, isto é, política, cultura, economia e ciência operam de modo emancipado à religião, de acordo com seus critérios e formas de legitimação (Berger; Zijderveld, 2012; Zepeda, 2010). O negacionismo estrutural almeja, justamente, corroer a estrutura de legitimação da racionalidade como fundamento da vida coletiva. Sua difusão social se organiza em torno da investida contra a imprensa, a ciência e o conhecimento acadêmico, que são as instâncias responsáveis por construir consensos acerca daquilo que é factível no mundo moderno (Lynch; Cassimiro, 2022a).

Sendo assim, o preceito fundamental do negacionismo é a ideia de que a explicação dos fenômenos sociais, científicos, econômicos, artísticos e políticos está sempre oculta. A partir disso, a “verdadeira” explicação dos fenômenos tenderia a requerer um esforço de revelação por aqueles capazes de desvendar os segredos ocultos e superar os discursos oficiais apresentados por instituições políticas, jurídicas, científicas, médicas ou artísticas.

Dessa forma, o negacionismo se organiza por meio da lógica de reversão dos pilares e valores da sociedade moderna, assim como da sociedade democrática. Do ponto de vista da democracia, o negacionismo afeta diretamente a construção dos direitos, as liberdades individuais, a participação política e a ampliação dos canais para tomada de decisão de setores marginalizados da população. Por exemplo, o racismo é negado enquanto fato histórico de uma sociedade escravocrata, cujos efeitos são documentados por evidências no cenário contemporâneo, em que as ações de reparação envolvem a incorporação da população negra nos espaços de poder. Do mesmo modo, as desigualdades de gênero são negadas, as quais historicamente naturalizam as assimetrias entre homens e mulheres no setor público e privado.

É preciso avaliar que a difusão do negacionismo no governo Bolsonaro contou com amplo respaldo internacional, mediante seu alinhamento ao governo Donald Trump nos Estados Unidos, o qual se notabilizou por negar frequentemente o aquecimento global enquanto efeito da ação humana. Mais do que isso, no governo Trump, os debates conspiracionistas, obscuros e racistas, como os

supremacistas, passaram a ganhar impacto na agenda pública, em alguns casos, convertendo-se em orientação na condução de políticas públicas do governo norte-americano, especialmente em questões relacionadas às mudanças climáticas.

Na saúde pública, o negacionismo científico foi mobilizado, principalmente, para desconsiderar a gravidade da pandemia e os riscos advindos à vida das pessoas mediante a exposição ao vírus. Neste sentido, os adjetivos utilizados por Jair Bolsonaro para qualificar a crise sanitária, como “gripezinha” ou “vírus chinês”, ganharam notoriedade pública e culminaram na desqualificação das recomendações realizadas pelos órgãos de saúde, nacional e estrangeiros.

De acordo com José Szwako e José Ratton (2022), a política negacionista de Bolsonaro apostou no individualismo antissocial da população, no sentido de prosseguimento das atividades cotidianas, como se nada estivesse acontecendo de nocivo à própria população (Lynch; Cassimiro, 2022a). Além disso, Jair Bolsonaro estimulou a realização de tratamentos alternativos sem qualquer comprovação científica, por conseguinte, a compra, uso e distribuição, pelo Ministério da Saúde, de medicamentos como: Hidroxicloroquina/Cloroquina, Ivermectina e Azitromicina, sem nenhum respaldo científico quanto à eficácia deles, seja para combater a infecção pelo vírus, atenuar seus sintomas ou atuar como medida preventiva para evitar contraí-lo, conforme sustentava o próprio Presidente e sua equipe de governo, inclusive o Ministério da Saúde.

O governo Bolsonaro estabeleceu uma relação de conflito contra o Poder Judiciário, governadores regionais das Unidades Federativas (UF) e dos municípios contrários às recomendações negacionistas. Como o Estado brasileiro adota a tripartição dos poderes e a federação como modelo administrativo, cujas três unidades administrativas: União, Estados (UF) e Distrito Federal e Municípios são dotadas de autonomia política e fiscal, portanto, o Poder Judiciário tem atribuição de estipular a legalidade das ações do Executivo e Legislativo, assim como não há obrigatoriedade em assumir uma política imposta pelo Presidente da República. Neste sentido, as unidades subnacionais de governo adotaram políticas de *lockdown*, distanciamento social, obrigatoriedade do uso de máscaras e álcool em gel nos estabelecimentos comerciais. A partir disso, Bolsonaro se eximiu de qualquer responsabilidade de seu comportamento doloso na condução da pandemia, alegando perseguição da mídia, dos poderes e dos governantes das unidades subnacionais, os quais formavam um complô para gerar crise econômica que seria arcada por seu governo. Por isso, o governo estimulou a desobediência civil em relação às medidas sanitárias, com base na restrição ilegal pelos governos subnacionais das liberdades civis, como o direito de ir e vir.

A adesão significativa às premissas negacionistas de Bolsonaro sobre a pandemia não se produziu no vácuo, isto é, apenas por sua capacidade de liderança sobre a sociedade. O negacionismo foi estimulado por setores da mídia, do ramo produtivo, prevendo perdas comerciais e também por segmentos religiosos, principalmente, os pentecostais, os quais se opuseram à proibição de cultos em cidades que adotaram políticas de distanciamento social. Dessa forma, as ações de Bolsonaro foram motivadas por razões ideológicas e também por pressão de muitos setores. É difícil estimar as razões do negacionismo de setores da economia, possivelmente motivado por circunstâncias relacionadas a perdas imediatas, no entanto, com relação aos pentecostais, é possível apontar indicadores de que seu negacionismo possui raízes profundas, reflexo de sua compreensão da fé e do cristianismo (Guerreiro; Almeida, 2021).

Antes de mais nada, conforme argumenta Rodrigo Toniol (2022), precisamos ressaltar que, para examinar a possível relação entre segmentos religiosos e o negacionismo, é necessário analisar os cenários potencialmente controversos, realizando uma distinção entre as posições públicas das lideranças religiosas e/ou políticas, da postura assumida por denominações minoritárias do mesmo segmento e de grupos de fiéis sobre o assunto. Por um lado, Toniol (2022) aborda a manifestação de movimentos evangélicos do Rio de Janeiro, contra a decisão, em 2021, do Governador Wilson Witzel (PSL), da Assembleia de Deus, e do Prefeito da Capital, Marcelo Crivella (Republicanos), da Igreja Universal, que considerou as atividades religiosas como fundamentais, logo, preservava a realização de cultos presenciais, em pleno auge da pandemia. No manifesto, intitulado: “*O governante sem discernimento aumenta as opressões - Um clamor de fé pelo Brasil*”, os movimentos defenderam o cumprimento das orientações dos órgãos de saúde e da ciência como ato de fé, considerando “a ciência um dom de Deus para cuidar da vida humana e de toda sua criação” (Toniol, 2022, p. 300).

Por outro lado, Toniol (2022) também examina pesquisas de opinião realizadas no Brasil e nos Estados Unidos, realizadas pelo DataFolha e Pew Research Center, respectivamente. Em ambos os casos, os dados indicam, à primeira vista, uma correlação entre o pertencimento religiosos, de evangélicos e pentecostais, com o comportamento negacionista. No entanto, isoladamente essa variável se demonstra estatisticamente não tão relevante quanto a posição de classe, nos Estados Unidos, e o apoio ao governo Bolsonaro, no Brasil, consideradas determinantes para explicar esse comportamento.

Neste sentido, é sempre fundamental, devido a sua diversidade, examinar esse segmento religioso considerando recortes específicos. No caso deste ensaio, elementos amostrais das lideranças religiosas e/ou políticas para formular uma hipótese de pesquisa, acerca de suas concepções religiosas e declarações públicas negacionistas.

Sendo assim, no início do século XX houve as primeiras incursões do pentecostalismo no Brasil, especialmente por meio da fundação da igreja Congregação Cristã, em 1910, por grupos dissidentes das igrejas protestantes, como: Batista, Luterana e Anglicana, assim como da igreja Assembleia de Deus, em 1911, fundada por missionários suecos no norte do país. Essas denominações inseriram inovações teológicas no cristianismo nacional, mediante a crença no Espírito Santo e a glossolia (falar em línguas estranhas). Nos anos de 1950 e 1960 houve a emergência da segunda onda no pentecostalismo, a qual foi marcada pela crença no Espírito Santo e na cura divina, sobretudo as igrejas: Evangelho Quadrangular, de 1951, Brasil para Cristo, de 1955 e Deus é Amor, fundada em 1962. Na década de 1970 surge a terceira onda do pentecostalismo¹. A Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Internacional da Graça de Deus e a Igreja Mundial do Poder de Deus são as principais representantes dessa fase, pois promoveram significativas alterações no campo religioso, visto que tais denominações introduziram no Brasil a teologia da prosperidade, do exorcismo, o uso intensivo das mídias e cura divina, inclusive com transmissão via meios de comunicação (Freston, 1993; Silva, 2017).

As mudanças sociais ocorridas no Brasil a partir da década de 1950, especialmente a ampliação dos centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro, acompanhada pelo processo de favelização nas

¹ No Brasil as denominações desta terceira onda são intituladas como “neopentecostais”, em virtude das transformações teológicas promovidas (Freston, 1993). Neste ensaio utilizamos a expressão pentecostais para caracterizar denominações das três ondas.

capitais, conferiu ao pentecostalismo ampla inserção nas classes populares. Isto dito, o pentecostalismo ofereceu promessas e respostas, assim como elementos de integração social, para uma população extremamente desassistida pelo Estado. Dito de outro modo, em uma população carente de serviços básicos de saúde, saneamento básico e educação, a promessa de cura para uma doença crônica, por exemplo, converte-se em única esperança viável, diante da exclusão, de alívio para algo permanente, cujo tratamento pela saúde e a ciência se configura em uma hipótese muito remota.

É preciso ressaltar que a cura divina é uma premissa existente nas instituições religiosas mais populares no Brasil, entre elas: a Igreja Católica, igrejas protestantes (por exemplo: Batistas, Luteranas, Presbiterianas e Anglicanas), religiões de matriz africana e mesmo em muitas denominações pentecostais. Não obstante, a grande diferença é que, nestes casos, a cura divina é um fenômeno pertinente à esfera do milagre. Portanto, a liturgia de boa parte das religiões supracitadas compreende que as enfermidades devem ser tratadas exclusivamente pelo conhecimento da ciência e da medicina, aliás, como é próprio de uma sociedade relativamente secularizada, cujas esferas sociais possuem sua legitimidade em seu campo de atuação, isto é, a religião à espiritualidade e a medicina às enfermidades.

Já em algumas das igrejas pentecostais, sobretudo aquelas com maior representação política e poder na sociedade, a cura divina é tratada como algo cotidiano e trivial, inclusive esse “dom de cura” é mobilizado, em cultos presenciais e transmitidos por rádio e televisão, como fator de atração para aqueles que desejam recuperar sua saúde. Em alguns casos a cura é atrelada à capacidade de devoção do crente em acreditar na superação da enfermidade; em outros, pela intermediação de um líder religioso cuja oração, vestes ou ritual específico (por exemplo: unção) é capaz de promover a cura. Por fim, também há as situações em que o anúncio da cura está vinculado à realização de ofertas e sacrifícios financeiros por parte dos fiéis, enquanto atestado de devoção para obtenção dessa graça. Um exemplo: durante a Pandemia do Covid-19, o Pastor Valdemiro Santiago, líder da Igreja Mundial do Poder de Deus, foi acionado judicialmente por vender por mil reais sementes para curar a Covid-19. Convém sublinhar que a promessa de cura na maioria das igrejas pentecostais, especialmente naquelas que adotam essa premissa como central em sua liturgia, não se restringe a enfermidades comuns, como: dor de cabeça, dores musculares, entre outras, mas a doenças para as quais não há cura e às vezes tratamento, de acordo com a ciência e a medicina, por exemplo, entre elas: AIDS, câncer, doenças degenerativas, condições motoras (tetraplegia) e sensoriais (cegueira e surdez).

Em determinadas situações muitas pessoas são estimuladas a abandonar o tratamento convencional oferecido pela medicina, para realizar apenas “ações” espirituais para obter a cura. Em 2015, em decisão judicial de repercussão nacional, a Igreja Universal do Reino de Deus foi condenada a indenizar fiel instruído, segundo a 9ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, a abandonar o uso da medicação para tratar a AIDS e utilizar apenas o poder da fé como tratamento². Obviamente esse é um caso emblemático, cuja intervenção da justiça propiciou uma repercussão e responsabilização da instituição religiosa, no entanto essas recomendações são bastante frequentes, inclusive, objeto de promoção das igrejas por meio dos “testemunhos de cura” em programas de rádio e televisão.

² Mais informações, disponível em: IGREJA... (2015).

O negacionismo científico promovido por muitas igrejas pentecostais se aplica também à saúde mental e à dependência química. Essas doenças são questão de saúde pública em que estão envolvidos distintos setores do campo científico, como medicina, psicologia e assistência social, os quais desenvolveram, ao longo de décadas, terapias e medicamentos para tratar, por exemplo, depressão, ansiedade, síndromes psicológicas em geral, assim como a dependência química. A liturgia pentecostal, de algumas das igrejas brasileiras, tende a negar essas questões enquanto problema de saúde pública e as alternativas oferecidas pela ciência, na medida em que as respostas para essas enfermidades se resumem à ausência de religiosidade. Por um lado, as denominações buscam oferecer a superação da solidão e dos vazios da existência por meio de um sentido para a vida, que seria a comunhão com deus e os princípios cristãos; por outro lado, essas enfermidades são comumente associadas à possessão por “espíritos malignos”, sendo necessária a participação em rituais de exorcismos, que são geralmente semanais, para a obtenção da cura. Novamente é preciso esclarecer que as pessoas devotas, em qualquer clivagem religiosa, podem, por meio da fé, superar a depressão ou a condição de drogadição, a questão que se coloca é que em algumas igrejas pentecostais essa possibilidade, com base na negação da ciência, se transformou em pilar central da pregação teológica, inclusive como slogan principal: “Pare de sofrer”.

Em 2022, ganhou repercussão no Brasil a denúncia de Comunidades Terapêuticas, a maioria delas com vínculos religiosos, que submetiam dependentes químicos à conversão religiosa forçada e a rituais de exorcismo, além de tortura psicológica, enquanto terapia e método de tratamento. Essas Comunidades Terapêuticas são organizações sem fins lucrativos, mas que durante o governo Bolsonaro receberam anualmente cerca de 100 milhões de reais para realizar o atendimento público e acolhimento, em diferentes regiões do país, de pessoas em condição de drogadição³. O episódio foi criticado pelo Conselho Federal de Psicologia e por associações médicas, por violar princípios constitucionais e premissas científicas no tratamento da dependência química. Nesta circunstância, é plausível mensurar que o negacionismo nesta esfera da saúde pública foi convertido em política pública pelo Estado.

De mais a mais, o negacionismo científico engendrado pela liturgia do pentecostalismo se constrói a partir de lideranças religiosas que se apresentam como agentes da providência, ou seja, capazes de demonstrar a superficialidade do mundo aparente e revelar, na condição de interlocutores de um poder supremo, o caminho para acessar verdades ocultas ao mundo (Oro; Alves, 2020; Guerreiro; Almeida, 2021). De acordo com Christian Lynch e Paulo Cassimiro (2022a), essa estratégia retórica se baseia no fato de que os fundamentos do mundo moderno, como a secularização, seriam versões incompletas na compreensão dos problemas sociais disponíveis àqueles seguidores dos valores do “cristianismo”, em que a autoridade religiosa prevalece sobre a razão e a ciência. Essa estratégia retórica se transforma em problema público quando a teologia religiosa da promessa de cura, inclusive para doenças incuráveis, tem como fundamento a deslegitimação de procedimentos e comunidades, como a ciência.

³ Mais informações disponíveis em: COMUNIDADES... (2022).

3 Considerações finais

A partir das reflexões efetuadas neste ensaio buscamos avaliar cenários em que o pentecostalismo, através da ação de suas lideranças, poderia explicar uma parcela da adesão ao negacionismo científico identificado na sociedade brasileira, tendo em vista sua porosidade social, cerca de 25% da população brasileira é pentecostal, assim como pela sua composição teológica estar fundamentada em premissas profundamente negacionistas.

O primeiro indicador para sustentar essa correlação entre as lideranças religiosas e/ou políticas e o comportamento negacionista, além das discutidas, foi obtido pela pesquisa: “O aborto por anencefalia na Câmara dos Deputados do Brasil” (Silva, 2023), em que analisamos os pronunciamentos parlamentares de 2004 até 2012, período de tramitação da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 54 no Supremo Tribunal Federal, que em 2012 descriminalizou a interrupção voluntária da gravidez nestes casos. Há amplo consenso científico de que a anencefalia é uma má-formação congênita sem cura e tratamento, cujo efeito é a impossibilidade de sobrevivência do feto anencéfalo. Mesmo diante desta evidência, lideranças religiosas que atuavam como parlamentares na Câmara dos Deputados, sustentaram, durante toda a tramitação da ADPF nº 54, que tal evidência era mera opinião de cientistas e médicos filiados a organizações destinadas a promover o aborto e controlar a natalidade nos países subdesenvolvidos. Em muitos discursos, os parlamentares apresentaram casos de crianças que seriam portadoras de anencefalia e sobreviveram por algum tempo (as quais posteriormente foram diagnosticadas com outro tipo de malformação, como a acrania), tais casos foram mobilizados como prova contundente de que a ciência estaria equivocada ao afirmar a inviabilidade do feto anencéfalo.

A partir deste quadro, este ensaio apresenta fundamentos preliminares para sustentar a hipótese de que há uma correlação entre as premissas de lideranças religiosas e/ou políticas e o negacionismo científico, difundidas em declarações públicas e por suas concepções teológicas. Não obstante, consideramos que esse negacionismo se manifesta quando sua liturgia almeja conquistar espaços na sociedade, cuja legitimidade está sob domínio de outras esferas, como a cura e a medicina, ou quando a ciência e o Estado buscam, por meio de dados e evidências, interferir ou regular juridicamente comportamentos e ações que se entrecroçam com as premissas morais e religiosas defendidas por muitas denominações pentecostais. Neste sentido, entendemos que o negacionismo não se manifesta integralmente, conforme clivagens fundamentalistas do islamismo ou até mesmo do cristianismo, mas em circunstâncias específicas, relacionados à disputa entre a legitimidade científica e concepções religiosas.

Para desenvolver essa hipótese, cujo ensaio é o ponto de partida, pretendemos analisar 350 pronunciamentos proferidos pelas lideranças pentecostais pertencentes à Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados, entre março de 2020 e dezembro de 2022. Os pronunciamentos foram coletados a partir das seguintes palavras-chave: tratamento precoce, *lockdown*, vacina, vacinação e Covid-19. Os discursos parlamentares serão classificados no software estatístico *Sphinx Léxica*, compreendendo três etapas: documentação, identificação parlamentar e conteúdo. Os resultados pretendem dimensionar essa hipótese, considerando que algumas declarações públicas de lideranças religiosas e políticas podem estar restrita a um grupo mais vinculado ao governo

Bolsonaro, ou ainda, pela desagregação dos dados, ser pertinente à representantes vinculados a denominações específicas, ou mesmo, o negacionismo ter sido relativamente homogêneo, neste contexto de pandemia, entre os parlamentares da Frente Parlamentar Evangélica.

Referências

BERGER, Peter; ZIJDERVELD, Andrew. *Em favor da dúvida: como ter convicções sem se tornar um fanático*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

COMUNIDADES terapêuticas recebem milhões do Poder Público para acolher dependentes, mas submetem internos a castigos. *G1 (Fantástico)*, 19 jun. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/06/19/comunidades-terapeuticas-recebem-milhoes-do-poder-publico-para-acolher-dependentes-mas-submetem-internos-a-castigos.ghtml>>. Acesso em: 22 mar. 2023.

FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment*. 1993. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas.

GUERREIRO, Clayton; ALMEIDA, Ronaldo de. Negacionismo religioso: Bolsonaro e lideranças evangélicas na pandemia Covid-19. *Religião & Sociedade*, v. 41, n. 2, p. 49-74, 2021.

IGREJA é condenada a pagar R\$ 300 mil a fiel que deixou tratamento de Aids. *Uol*, 03 set. 2015. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/09/03/igreja-e-condenada-a-indenizar-fiel-que-abandonou-tratamento-de-aids.html>>. Acesso em: 22 mar. 2023.

LYNCH, Christian; CASSIMIRO, Paulo Henrique. *O populismo reacionário*. São Paulo: Contracorrente, 2022a.

LYNCH, Christian; CASSIMIRO, Paulo Henrique. Negacionismo estrutural. In: SZWAKO, José; RATTON, José (coord.). *Dicionário dos negacionismo no Brasil*. Recife: CEPE, 2022b, p. 214-21.

ORO, Ari Pedro; ALVES, Daniel. Jair Bolsonaro, líderes evangélicos negacionistas e a politização da pandemia do novo coronavírus no Brasil. *Sociedad y Religión*, v. 30, n. 54, maio-set., p. 121-147, 2020.

SILVA, Luis G. Teixeira. Religião e Política no Brasil. *Latinoamérica. Revista de Estudios Latinoamericanos*, v. 64, p. 223-56, 2017.

SILVA, Luis G. Teixeira. *Aborto por anencefalia na Câmara dos Deputados do Brasil*. 2023. Dissertação (Mestrado em Estado, Governo e Políticas Públicas) – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO-Brasil). São Paulo.

SZWAKO, José; RATTON, José (coord.). *Dicionário dos negacionismo no Brasil*. Recife: CEPE, 2022.

TONIOL, Rodrigo. Religião. In: SZWAKO, José; RATTON, José (coord.). *Dicionário dos negacionismo no Brasil*. Recife: CEPE, 2022, p. 300-302.

ZEPEDA, José de Jesús. Secularização ou ressacralização? O debate sociológico contemporâneo sobre a teoria da secularização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, n. 73, p. 129-41, 2010.

Ensaio recebido em: 30/04/2023

Aprovado em: 26/09/2023

Luis Gustavo Teixeira da Silva (luisteixeira@unipampa.edu.br) é Doutor em Ciência Política pela Universidade de Brasília (IPOL-UnB), professor adjunto da Universidade Federal do Pampa no Curso de Ciências Sociais - Ciência Política.